



**Santa Casa**  
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
DO EXERCÍCIO  
FINDO EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras**

Moore Stephens Prisma  
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar  
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

[msrp@msbrasil.com.br](mailto:msrp@msbrasil.com.br) | [www.msbrasil.com.br](http://www.msbrasil.com.br)

Aos Administradores da  
**Irmandade de Misericórdia do Jahu**  
Jaú - SP

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade de Misericórdia do Jahu (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia do Jahu em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

**Base para opinião com ressalva****Ativo imobilizado**

Os controles físicos e financeiros individuais dos bens do ativo não circulante imobilizado, conforme nota explicativa 8, devem ser objeto de levantamento rigoroso dos registros visando à implantação de um adequado cadastro físico e financeiro dos bens do imobilizado e do custo histórico. Ainda, a Entidade não procedeu à adoção inicial dos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do seu ativo imobilizado em operação. Com isso, não procedeu à análise de recuperabilidade, determinação da vida útil, valor residual e valor depreciável. Os ajustes na contabilidade provenientes desse

levantamento só serão conhecidos na conclusão dos trabalhos e, seus efeitos, não são possíveis de mensuração no momento. Conseqüentemente, não pudemos concluir, e não concluímos, sobre os saldos acumulados do imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e seus reflexos no resultado do exercício e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas cujo relatório de auditoria, datado de 19 de fevereiro de 2016, continha ressalva do mesmo assunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

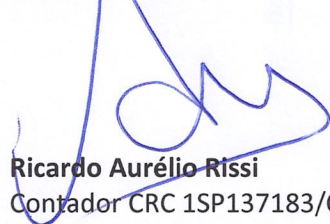
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 21 de fevereiro de 2017.

**Moore Stephens Prisma Auditores Independentes**

CRC 2SP017256/O-3

CVM nº 11-713



**Ricardo Aurélio Rissi**

Contador CRC 1SP137183/O-8

# Irmãdade de Misericórdia do Jahu

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.088.274	8.363.913	Empréstimos e financiamentos	9	2.556.891	340.762
Contas a receber	5	5.581.245	6.186.992	Fornecedores e prestadores de serviços	10	6.950.750	6.567.828
Estoques	6	1.423.681	1.537.259	Salários, encargos sociais e contribuições	11	3.066.688	2.697.954
Impostos a recuperar		86.192	90.362	Provisão de férias e encargos		3.332.997	2.760.802
Outros créditos		128.671	554.556	Outras obrigações	12	1.437.236	2.069.037
Subvenções a receber	7	41.543.115	15.275.993	Subvenções a realizar	7	39.493.978	16.171.534
Despesas antecipadas		18.159	9.531	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>56.838.540</b>	<b>30.607.917</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>52.869.337</b>	<b>32.018.606</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais	13	166.317	148.717	Empréstimos e financiamentos	9	708.446	806.689
Imobilizado	8	18.483.418	16.738.046	Salários, encargos sociais e contribuições	11	3.868.416	3.907.449
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>18.649.735</b>	<b>16.886.763</b>	Outras obrigações	12	788.865	1.099.773
				Provisão para contingências	13	1.991.288	4.343.232
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.357.015</b>	<b>10.157.143</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		8.140.309	7.107.870
				Déficit acumulado		(816.792)	1.032.439
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	15	<b>7.323.517</b>	<b>8.140.309</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>71.519.072</b>	<b>48.905.369</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>71.519.072</b>	<b>48.905.369</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2016

Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

Adhemar Galvanini  
1.º Tesoureiro

Edenilson Luiz Pecora  
Contador – CRC 1SP194456/O-5

## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

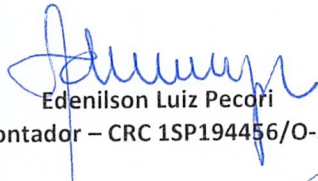
	Nota	2016	2015
<b>Receita operacional</b>			
Serviços hospitalares	16	67.607.545	56.197.083
Subvenções e doações	17	23.265.992	29.939.948
		<u>90.873.537</u>	<u>86.137.031</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<u>(86.393.865)</u>	<u>(76.306.514)</u>
<b>Superávit bruto</b>		<u>4.479.672</u>	<u>9.830.517</u>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(5.258.675)	(8.791.527)
Pessoal		(8.098.894)	(6.648.531)
Resultado financeiro líquido	18	(101.658)	334.298
Outras receitas e despesas		8.162.763	6.307.682
		<u>(5.296.464)</u>	<u>(8.798.078)</u>
<b>(Déficit) superávit do exercício</b>		<u>(816.792)</u>	<u>1.032.439</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2016

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
1.º Tesoureiro

  
Edenilson Luiz Pecori  
Contador – CRC 1SP194456/O-5





## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015


Em reais

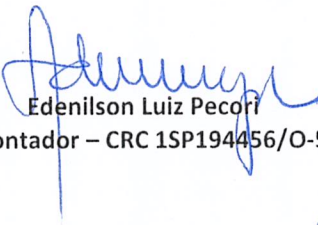
	Patrimônio social	(Déficit) superávit acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>3.324.831</b>	<b>3.783.039</b>	<b>7.107.870</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	3.783.039	(3.783.039)	-
Superávit do exercício	-	1.032.439	1.032.439
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.107.870</b>	<b>1.032.439</b>	<b>8.140.309</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	1.032.439	(1.032.439)	-
Déficit do exercício	-	(816.792)	(816.792)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.140.309</b>	<b>(816.792)</b>	<b>7.323.517</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2016

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
1.º Tesoureiro

  
Ednilson Luiz Pecori  
Contador – CRC 1SP194456/O-5


## Irmandade de Misericórdia do Jahu

### Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015


Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Déficit) superávit do exercício	(816.792)	1.032.439
Ajustes:		
Depreciações	1.578.854	1.451.802
Baixas líquidas do imobilizado	12.359	3.882.983
Provisão para contingências	(2.351.944)	(1.544.371)
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	605.747	(525.088)
Estoques	113.578	(76.904)
Impostos a recuperar	4.170	6.103
Outros créditos	425.885	(281.809)
Subvenções a receber	(26.267.122)	(361.577)
Despesas antecipadas	(8.628)	98.739
Depósitos judiciais	(17.600)	(48.914)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	382.922	97.897
Salários, encargos sociais e contribuições	329.701	664.206
Provisão de férias e encargos	572.195	512.648
Outras obrigações	(942.709)	1.449.534
Subvenções a realizar	23.322.444	1.786.864
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>	<b><u>(3.056.940)</u></b>	<b><u>8.144.552</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado	(3.336.585)	(7.138.854)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(3.336.585)</u></b>	<b><u>(7.138.854)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captações e liquidações líquidas dos empréstimos e financiamentos	2.117.886	(64.091)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>2.117.886</u></b>	<b><u>(64.091)</u></b>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(4.275.639)</u></b>	<b><u>941.607</u></b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.088.274	8.363.913
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.363.913	7.422.306
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(4.275.639)</u></b>	<b><u>941.607</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2016

  
Alcides Bernardi Júnior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
1.º Tesoureiro

  
Ednilson Luiz Pecori  
Contador – CRC 1SP194456/O-5

# Irmandade de Misericórdia do Jahu

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

### 1 Contexto operacional

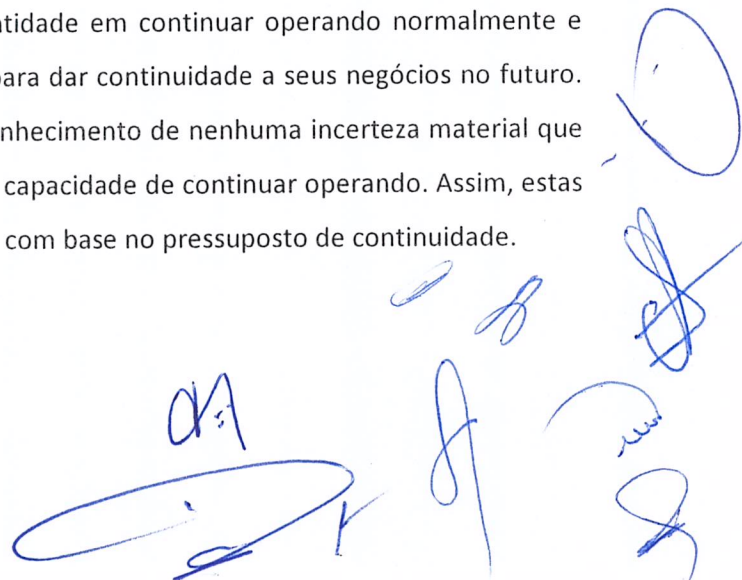
A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, isenta e imune de tributação, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de fevereiro de 2017.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



**b Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

**c Moeda de apresentação e funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Entidade.

**d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3 Principais políticas contábeis

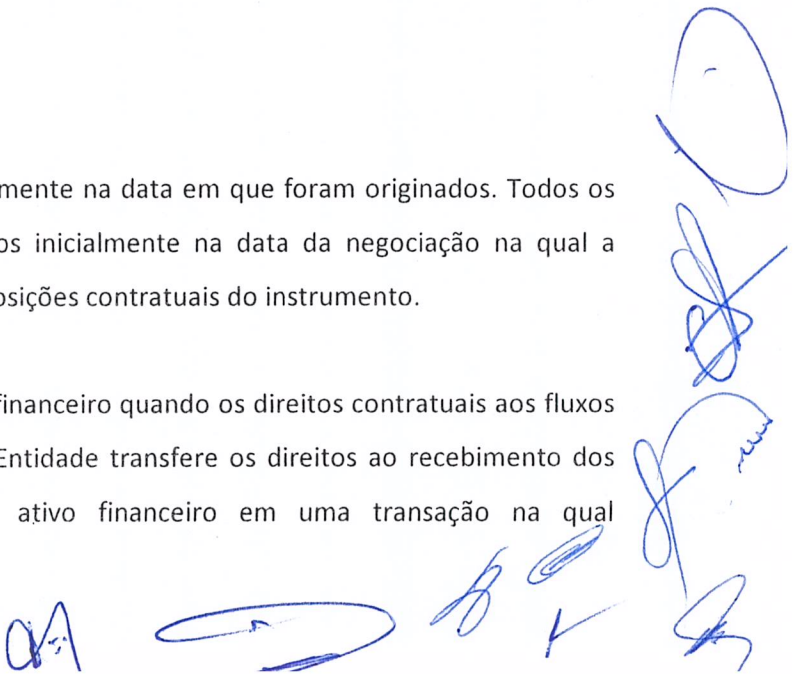
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Entidade:

**a Instrumentos financeiros**

**a.1 Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual



essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **a.2 Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

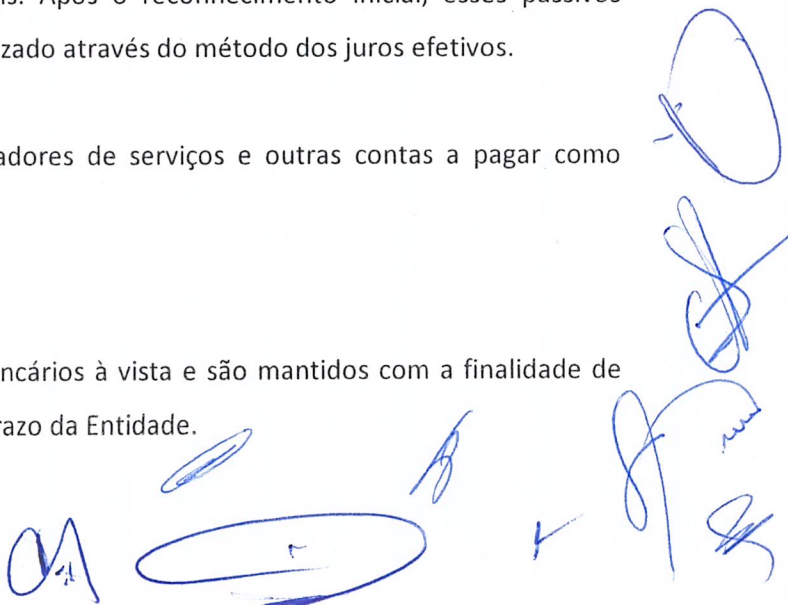
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade possui fornecedores e prestadores de serviços e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

#### **b Caixa e bancos**

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Entidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are several distinct marks, including a large circle, a signature that looks like 'A', and other scribbles.

**c Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

**d Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

**e Estoques**

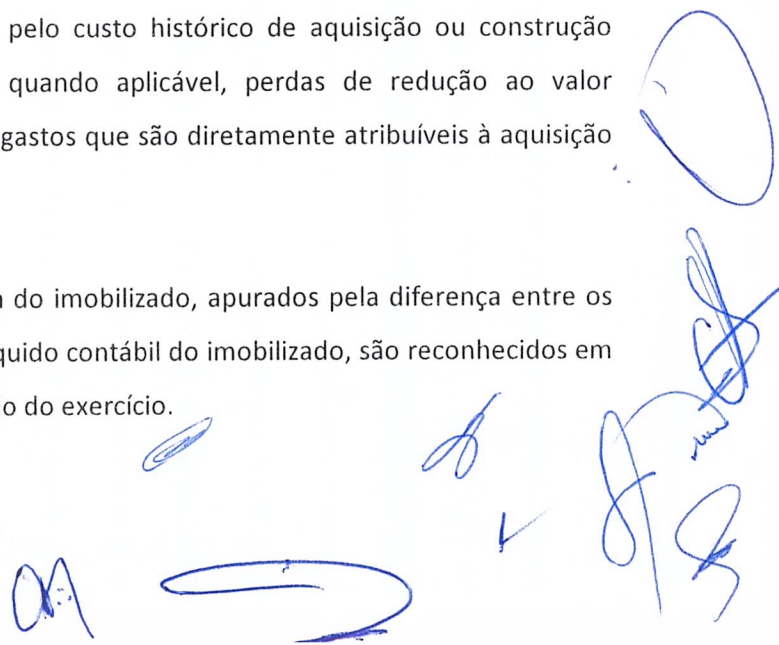
Os estoques são demonstrados pelo custo médio ponderado.

**f Imobilizado**

**f.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.



## f.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## f.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

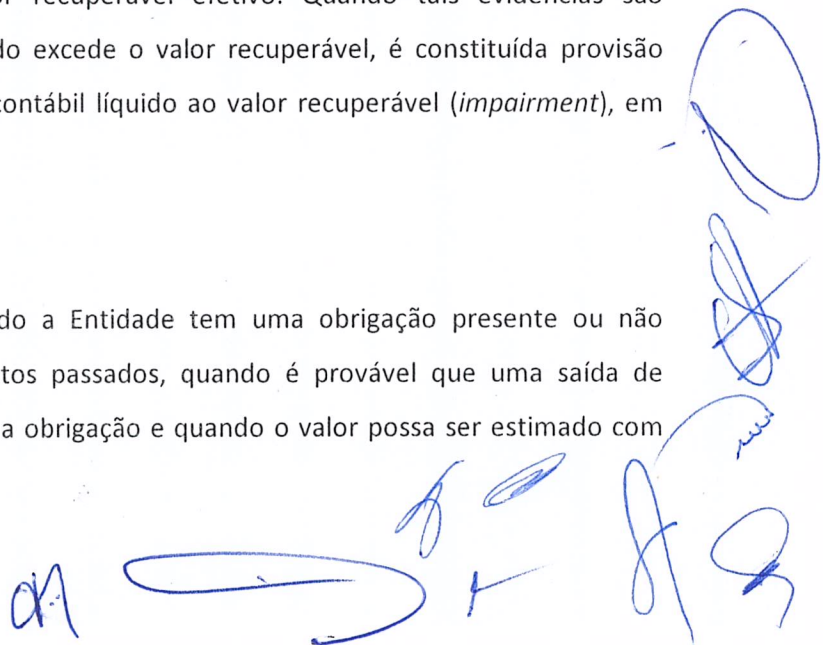
## g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

## h Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.



As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

**i Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

**j Ativos e passivos contingentes**

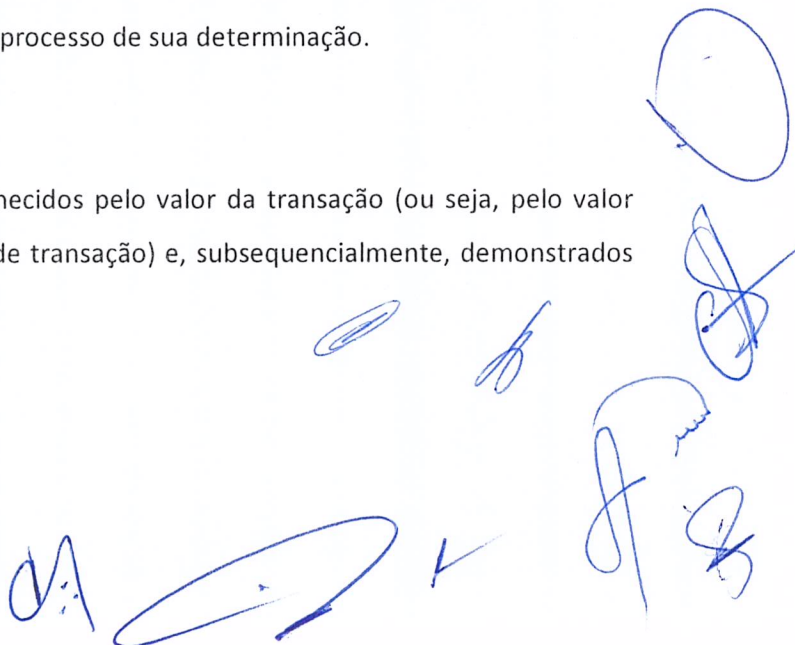
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**k Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.





As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**l Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

**m Segregação entre circulante e não circulante**

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

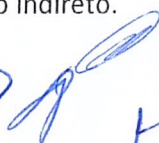
**n Receitas e despesas**

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.

**o Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.



#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	5.963	2.797
Bancos conta movimento	273.090	1.106.995
Aplicações financeiras (i)	<u>3.809.221</u>	<u>7.254.121</u>
	<u><b>4.088.274</b></u>	<u><b>8.363.913</b></u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em poupança e fundos de investimento. Referidas aplicações pode ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

#### 5 Contas a receber

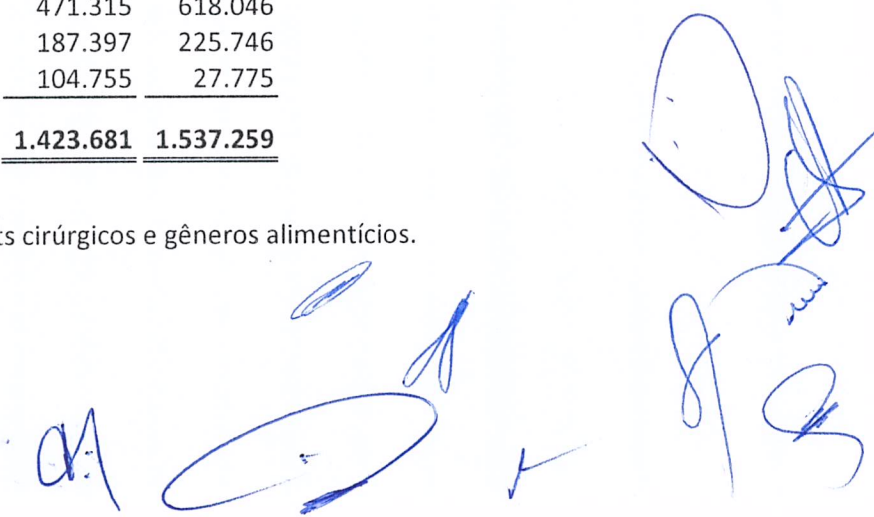
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios	3.722.612	4.078.614
Sistema Único de Saúde – SUS	1.627.423	2.162.372
Outros créditos a receber	235.638	116.002
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(4.428)</u>	<u>(169.996)</u>
	<u><b>5.581.245</b></u>	<u><b>6.186.992</b></u>

(i) Refere-se a estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

#### 6 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Medicamentos	660.214	665.692
Almoxarifado (i)	471.315	618.046
Manutenção	187.397	225.746
Outros estoques	<u>104.755</u>	<u>27.775</u>
	<u><b>1.423.681</b></u>	<u><b>1.537.259</b></u>

(i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.



## 7 Subvenções a receber e a realizar

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subvenções a receber - ativo	41.543.115	15.275.993
Subvenções a realizar - passivo	39.493.978	16.171.534

Em Subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados, cuja contra partida é o passivo circulante em Subvenções a realizar. A baixa do ativo ocorre sempre a Entidade recebe o recurso financeiro e a baixa do passivo ocorre sempre o recurso financeiro recebido é utilizado para o fim específico.

Os valores estão assim demonstrados:

	<u>Subvenções a receber</u>		<u>Subvenções a realizar</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ministério da Saúde	5.737.461	2.162.757	3.407.941	2.623.462
Santa Casa Sustentável	20.491.654	3.481.236	20.645.706	3.681.772
Convênio Pro Santa Casa	4.914.000	882.000	5.040.331	1.116.300
Prefeitura Municipal	10.400.000	8.750.000	10.400.000	8.750.000
	<u>41.543.115</u>	<u>15.275.993</u>	<u>39.493.978</u>	<u>16.171.534</u>



## 8 Imobilizado

	Taxa			2016	2015
	anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.307.445	-	2.307.445	2.307.445
Edificações	4,00%	15.022.759	(7.810.052)	7.212.707	6.848.494
Máquinas e equipamentos	10%	4.470.584	(1.624.850)	2.845.734	2.822.887
Móveis e utensílios	10%	2.826.778	(1.982.558)	844.220	746.151
Equipamentos de informática	20%	960.478	(688.508)	271.970	235.980
Equipamentos hospitalares	20%	11.192.724	(6.828.569)	4.364.155	2.974.226
Veículos	20%	267.240	(79.682)	187.558	27.151
Obras em andamento	-	449.629	-	449.629	775.712
		<b>37.497.637</b>	<b>(19.014.219)</b>	<b>18.483.418</b>	<b>16.738.046</b>

### a Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada

Descrição	2015	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	2016
Terrenos	2.307.445	-	-	-	-	2.307.445
Edificações	6.848.494	-	-	(562.197)	926.410	7.212.707
Máquinas e equipamentos	2.822.887	390.213	(534)	(366.832)	-	2.845.734
Móveis e utensílios	746.151	215.924	(11.883)	(105.972)	-	844.220
Equipamentos de informática	235.980	86.192	58	(50.260)	-	271.970
Equipamentos hospitalares	2.974.226	1.881.090	-	(491.161)	-	4.364.155
Veículos	27.151	162.839	-	(2.432)	-	187.558
Obras em andamento	775.712	600.327	-	-	(926.410)	449.629
	<b>16.738.046</b>	<b>3.336.585</b>	<b>(12.359)</b>	<b>(1.578.854)</b>	<b>-</b>	<b>18.483.418</b>

Handwritten blue ink signatures and marks at the bottom of the page, including a large circular scribble and several illegible signatures.

Descrição	2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	2015
Terrenos	2.307.445	-	-	-	-	2.307.445
Edificações	6.843.115	-	-	(541.960)	547.339	6.848.494
Máquinas e equipamentos	1.918.116	1.475.493	223.980	(794.702)	-	2.822.887
Móveis e utensílios	515.451	856.305	(321.582)	(304.023)	-	746.151
Equipamentos de informática	592.325	238.110	(307.297)	(287.158)	-	235.980
Equipamentos hospitalares	2.649.729	3.332.684	(1.059.126)	(1.949.061)	-	2.974.226
Veículos	21.007	-	12.223	(6.079)	-	27.151
Obras em andamento	86.789	1.236.262	-	-	(547.339)	775.712
	<b>14.933.977</b>	<b>7.138.854</b>	<b>(1.451.802)</b>	<b>(3.882.983)</b>	<b>-</b>	<b>16.738.046</b>

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

A Administração da Entidade, por motivos de dificuldades operacionais, não foi possível a apresentação comparativa do ativo imobilizado.

## 9 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Taxas	Garantias	2016			2015		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	dez/18	1,68% a.m	Cessão de direitos	179.241	179.241	358.482	179.242	358.483	537.725
Capital de giro	set/18	1,39% a.m	Cessão de direitos	340.740	255.556	596.296	340.739	596.294	937.033
Capital de giro	mai/18	1,55% a.m	Cessão de direitos	776.302	323.459	1.099.761	-	-	-
Conta garantida	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000	-	-	-
-) Juros a incorrer				(239.392)	(49.810)	(289.202)	(179.219)	(148.088)	(327.307)
				<b>2.556.891</b>	<b>708.446</b>	<b>3.265.337</b>	<b>340.762</b>	<b>806.689</b>	<b>1.147.451</b>

## 10 Fornecedores e prestadores de serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	3.493.096	3.639.815
Honorários médicos	3.457.654	2.928.013
	<u><b>6.950.750</b></u>	<u><b>6.567.828</b></u>

### a. Composição por idade de vencimento

Modalidade	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Fornecedores	Honorários Médicos	Fornecedores	Honorários Médicos
A vencer	3.407.087	3.457.654	3.619.696	2.928.013
Vencidos				
Até 30 dias	85.190	-	14.325	-
De 31 a 60 dias	-	-	3.518	-
De 61 a 90 dias	-	-	693	-
De 91 a 120 dias	-	-	-	-
De 120 a 150 dias	-	-	-	-
De 150 dias a 180	-	-	-	-
Há mais de 180 dias	819	-	1.583	-
	<u><b>3.493.096</b></u>	<u><b>3.457.654</b></u>	<u><b>3.639.815</b></u>	<u><b>2.928.013</b></u>

## 11 Salários, encargos sociais e contribuições

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários a pagar	1.825.874	-	1.825.874	1.589.359	-	1.589.359
Pensão alimentícia a pagar	3.807	-	3.807	2.487	-	2.487
Contribuição sindical	19.956	-	19.956	9.979	-	9.979
INSS empregados (i)	229.166	-	229.166	173.612	-	173.612
PIS	38.683	-	38.683	33.157	-	33.157
FGTS – Empregados (i)	294.916	-	294.916	264.608	-	264.608
FGTS a recolher (ii)	86.677	859.556	946.233	84.033	917.375	1.001.408
Parcelamento da procuradoria (iii)	257.902	3.008.860	3.266.762	231.490	2.990.074	3.221.564
Rescisão a pagar	9.074	-	9.074	-	-	-
INSS sobre nota fiscal	24.528	-	24.528	21.444	-	21.444
IRRF a recolher (i)	205.149	-	205.149	204.784	-	204.784
COFINS/PIS (i)	61.520	-	61.520	71.373	-	71.373
ISS	9.436	-	9.436	11.628	-	11.628
	<u><b>3.066.688</b></u>	<u><b>3.868.416</b></u>	<u><b>6.935.104</b></u>	<u><b>2.697.954</b></u>	<u><b>3.907.449</b></u>	<u><b>6.605.403</b></u>

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos do exercício de 2016.
- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e estão atualizados até 31 de dezembro e 2016.
- (iii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em até 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2016.

## 12 Outras obrigações

	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Energia elétrica (i)	188.919	310.920	499.839	147.379	499.838	647.217
Água e esgoto (ii)	68.722	104.019	172.741	80.659	172.743	253.402
Cheques a compensar	227.857	-	227.857	576.195	-	576.195
Acordos a pagar (iii)	798.727	373.926	1.172.653	1.157.497	427.192	1.584.689
Empréstimo consignado	121.331	-	121.331	96.992	-	96.992
Outros valores a pagar	31.680	-	31.680	10.315	-	10.315
	<b>1.437.236</b>	<b>788.865</b>	<b>2.226.101</b>	<b>2.069.037</b>	<b>1.099.773</b>	<b>3.168.810</b>

- (i) Trata-se do parcelamento de dívidas do fornecimento de energia elétrica, relativo ao período de 2006 a 2008, em 120 parcelas, com vencimento final em 27/3/2019 e estão atualizados até 31 de dezembro e 2016.
- (ii) A Irmandade de Misericórdia do Jahu, formalizou parcelamentos de dívida relativa dos exercícios de 2009 e 2010 em até 120 parcelas, com vencimento final em 16/12/2019. Os saldos dos parcelamentos estão atualizados em 31 de dezembro de 2016.
- (iii) Referem-se a acordos decorrentes das ações trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento.

### 13 Provisão para contingências

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 1.991.288 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.343.232 em 2015), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### a Composição de saldo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	384.918	342.086
Cíveis	<u>1.606.370</u>	<u>4.001.146</u>
	<u><b>1.991.288</b></u>	<u><b>4.343.232</b></u>

#### b Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão contingência</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	<u>99.803</u>	<u>5.887.603</u>
Aumento	93.056	845.947
Diminuição	(44.142)	(2.390.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>148.717</u>	<u>4.343.232</u>
Aumento	61.453	73.642
Diminuição	(43.853)	(2.425.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><b>166.317</b></u>	<u><b>1.991.288</b></u>

### 14 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 7.366.187. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais



de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

## 15 Patrimônio líquido

### a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.140.309 (R\$ 7.107.870 em 2015).

### b Déficit acumulado

O déficit acumulado em 2016 de R\$ 816.792 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação dessas demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária.

## 16 Serviços hospitalares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Particulares	2.856.115	2.617.898
SUS (i)	36.329.753	27.568.743
Convênios (ii)	28.421.677	26.010.442
	<u>67.607.545</u>	<u>56.197.083</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

## 17 Subvenções e doações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subvenção municipal	15.750.000	14.181.000
Subvenção estadual	5.985.110	13.897.379
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	1.530.882	1.861.569
	<u>23.265.992</u>	<u>29.939.948</u>

## 18 Resultado financeiro líquido

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	345.420	382.307
Rendimentos sobre aplicação financeira	431.672	736.168
	<b>777.092</b>	<b>1.118.475</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	(6.744)	(331)
Juros passivos	(801.170)	(702.950)
Despesas bancárias	(70.836)	(80.896)
	<b>(878.750)</b>	<b>(784.177)</b>
	<b>(101.658)</b>	<b>334.298</b>

## 19 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos		Base de cálculo	Assalariados	
		2016	2015		2016	2015
		Isenção - 20%	Isenção		Isenção	Isenção
Janeiro	726.607	145.321	111.400	2.221.550	623.580	517.274
Fevereiro	661.535	132.307	152.948	2.298.816	645.269	526.477
Março	820.757	164.151	134.752	2.296.207	644.536	523.390
Abril	760.846	152.169	127.140	2.350.782	659.855	542.394
Maiο	608.281	121.656	125.484	2.303.902	646.696	549.551
Junho	843.937	168.787	124.983	2.297.540	644.910	559.774
Julho	610.966	122.193	131.469	2.512.979	705.383	602.040
Agosto	694.048	138.810	144.920	2.574.141	722.551	606.725
Setembro	578.404	115.681	141.374	2.540.718	713.169	614.156
Outubro	702.401	140.480	141.106	2.534.274	711.361	624.636
Novembro	706.385	141.277	155.860	2.592.670	727.752	645.967
Dezembro	590.700	118.140	139.569	2.533.891	711.253	649.311
13º salário	-	-	-	2.286.100	641.699	528.533
	<b>8.304.867</b>	<b>1.660.972</b>	<b>1.631.005</b>	<b>31.343.570</b>	<b>8.798.014</b>	<b>7.490.228</b>

## 20 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

## 21 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Mesa Administrativa** – constituído de 9 membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros deste da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

**Conselho Fiscal** – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

## 22 Atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2016 foi de:

Mês	Internação					Ambulatório			
	SUS		Não SUS		% de	SUS	Não SUS	% de	% SUS
	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	internação	Qtde.	Qtde. ambulatório	ambulatório	Mensal
Janeiro	1.000	5.100	496	1.454	77,82%	11.927	3.758	76,04%	77,82%
Fevereiro	969	4.740	476	1.246	79,18%	12.067	4.083	74,72%	79,18%
Março	1.048	5.122	553	1.657	75,56%	13.826	4.859	74,00%	75,56%
Abril	940	4.759	485	1.592	74,93%	10.923	3.733	74,53%	74,93%
Mai	1.041	4.931	517	1.568	75,87%	11.478	4.261	72,93%	75,87%
Junho	1.005	4.827	536	1.653	74,49%	11.633	4.527	71,99%	74,49%
Julho	969	5.339	597	1.913	73,62%	11.139	4.249	72,39%	73,62%
Agosto	987	5.130	574	1.682	75,31%	11.602	4.294	72,99%	75,31%
Setembro	991	4.971	555	1.836	73,03%	11.646	4.377	72,68%	73,03%
Outubro	940	4.644	582	1.774	72,36%	12.013	4.928	70,91%	72,36%
Novembro	914	4.440	515	1.518	74,52%	11.382	4.550	71,44%	74,52%
Dezembro	947	4.619	466	1.304	77,98%	11.020	4.127	72,75%	77,98%
<b>Total</b>	<b>11.751</b>	<b>58.622</b>	<b>6.352</b>	<b>19.197</b>	<b>75,33%</b>	<b>140.656</b>	<b>51.746</b>	<b>73,11%</b>	<b>75,33%</b>

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal;	Sim	1,50%	1,50%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2016, foi de 78,33% (77,40% em 2015).

## 23 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando o Parecer Técnico nº 233/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.172017/2015-83/MS, concluiu o atendimento aos requisitos constantes da portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016; do Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei 12.101/2009 de 27 de novembro de 2009 foi deferido a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, cuja renovação tinha validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

## 24 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.


## 25 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.


Jaú, 31 de dezembro de 2016



Alcides Bernardi Júnior  
Provedor



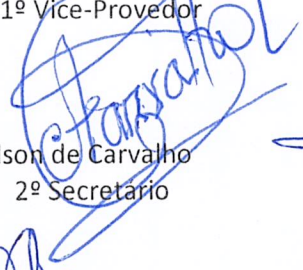
Antonio Luiz Cremasco  
1º Vice-Provedor



Laércio Peroni  
2º Vice-Provedor




Adilson Ortigoza  
1º Secretário



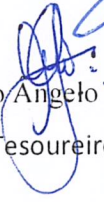
Adilson de Carvalho  
2º Secretário



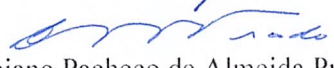
Edson Tadeu Munhoz  
3º Secretário



Adhemar Galvanini  
1º Tesoureiro



Antonio Angelo Rossi  
2º Tesoureiro



Luciano Pacheco de Almeida Prado  
3º Tesoureiro



Ednilson Luiz Pecori

CRC 1SP194456/O-5 - Contador



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido exame das demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, concluiu, com base no parecer dos auditores independentes, Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Irmandade, manifestando-se favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para apreciação dos Senhores Irmãos na Assembleia Geral, opinando pela sua aprovação.

Jahu (SP), 17 de março de 2017



Guy Fernando Magalhães de Toledo



Antenor Pelizzon



Reynaldo Roberto Lima